



O conceito de juventude a partir de uma análise teórica

Autora: Ana Carla Vieira Pimentel

*Pós-graduanda em Cidades, Territórios e Identidades-anacarla@gmail.com
Universidade Federal do Pará*

Coautora: Gerlane da Silva Ferreira

*Pós-graduanda em Cidades, Territórios e Identidades
Universidade Federal do Pará-gerlainesf@yahoo.com.br*

Valdinei Gomes e Gomes

Graduando em Engenharia Civil

RESUMO

É preciso compreender juventude em seu plural, por isso neste estudo tomamos alguns conceitos importantes para nossa compreensão. Assim, com uma diversidade de juventude, ela é diversa, plural com sua cultura, raça, classe social, vindos de escola pública ou não, de diferentes idades, do campo e da cidade, universitária, trabalhadora. Com diversos sonhos e anseio. O presente estudo tem como objetivo discutir e analisar os vários conceitos sobre juventude, com ênfase para a juventude do campo. Compreendemos que essa pesquisa é de suma importância para o campo acadêmico, tendo em vista a necessidade de entender de que forma se dá a compreensão de diversos autores sobre o tema relação para a compreensão de suas dificuldades e peculiaridades para a formação de um ser social, político, ético e moral que atenda as necessidades e o protagonismo dos jovens. Assim, adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica com bases em materiais publicados e por buscas de informações que se relacionam com os objetivos da pesquisa. Utilizamos como principais aportes teóricos Dayrell (2007), Abramo (2005), Freire (2009), Spósito (2008), Groppo (2000), Fonseca (2002). Concluímos que os jovens precisam buscar buscam por seus direitos garantidos por lei, direitos esses fundamentais e necessários visando garantir igualdade e oportunidade, para que possam ter uma vida digna e ainda se precisa de mais pesquisas em torno da realidade vivenciada pelos jovens.

Palavras chave: Juventudes. Protagonismo. Política Pública.

INTRODUÇÃO

A família e a escola, assim como outras instituições, vêm passando por profundas transformações ao longo da história. Estas mudanças acabam por interferir na estrutura familiar e na dinâmica escolar de forma que a família, em vista das circunstâncias, entre elas o fato de as mães e/ou responsáveis terem de trabalhar para ajudar no sustento da casa, tem transferido para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser suas.

No entanto, a importância do acompanhamento familiar no processo educacional dos filhos, pois, esta relação passa por várias divergências relacionadas ao papel que cada instituição deve desempenhar dentro do processo educativo da criança. Dessa forma, o estudo aborda reflexões que busquem respostas para tais dúvidas, a fim de fazer com que ambas as instituições trabalhem em regime de colaboração.

Portanto, estas reflexões acerca da relação entre escola e família no processo pedagógico, tem o objetivo de encontrar caminhos que auxiliem nos problemas enfrentados. Bem como, aproximar família e escola para o desenvolvimento do processo de ensino e de



aprendizagem dos alunos. Refletir sobre ações didático/pedagógicas que estimulem e auxiliem reflexões da relação família/escola para o processo educacional.

Assim, este estudo trata-se de uma pesquisa teórica bibliográfica em artigos, trabalhos que abordaram o tema estudado nesse projeto, como na legislação em rigor, a fim de coletar informações que auxiliem na proposta de uma nova discussão. Procura-se fazer com que as duas instituições (escola e família) compreendam que o trabalho conjunto é importante para o desenvolvimento da criança no processo educacional.

A educação sempre ocupou um espaço importante na sociedade, na qual a família e a escola desempenham papéis fundamentais na transmissão dos conhecimentos. Entretanto, há muitos desafios em relação às responsabilidades que cada instituição possui no trabalho pedagógico. A política de participação dos pais é algo que intriga os profissionais da educação, já que se acredita que o bom desempenho escolar da criança está diretamente ligado à participação dos pais na vida escolar do indivíduo.

Breve contexto histórico sobre a educação no Brasil

O processo educacional no Brasil é pensado e/ou falado a partir das Leis e projetos que ao longo dos anos foram discutidos e elaborados. Porém, este processo começou logo a chegada dos portugueses às novas terras descobertas, com o intuito de humanizar ou tornar cristãos os nativos que aqui viviam.

No entanto, a Lei das Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB/96), abre-se um espaço para grandes questionamentos, pois no decorrer desses quase 500 anos de história, o ensino passou por vários momentos que foram importantes para a história da educação no Brasil.

De acordo com Ribeiro (2000), alguns fatores levaram o governo português a mudar sua posição em relação à Colônia e implementar a colonização como o fracasso das capitânias hereditárias; a escassez do pau brasil na região costeira; a não submissão dos nativos ao trabalho escravo; as dificuldades em encontrar ouro e pedras preciosas e os sérios riscos de perder o território para a França.

Para Figueira (2005, p. 239) “Os jesuítas também lhes davam aulas de moral e religião; mais receptivas que os adultos, as crianças poderiam, posteriormente, influenciá-los”. É sabido que ainda ensinavam artes às crianças. O resultado foi muito rápido e logo atingiu também os adultos.

De acordo com Aranha (2005) os jesuítas atuaram não só no ensino das primeiras letras, mas abriram também os cursos de Letras e Filosofia, na época considerada secundária,



e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes para a Companhia. Sendo assim, podemos dizer que, a princípio a educação no Brasil tinha única e tão somente o objetivo laico, isto é, era uma educação cívica.

Segundo Romanelli (2002), a Constituição da República de 1891, consagrou o sistema dual de ensino e oficializou a distância entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). No início do século XX, fatos relacionados ao crescimento da importância das cidades, à explosão demográfica, a industrialização e a urbanização, seguidos da emergência de uma classe média e da imigração, forçam a sociedade brasileira a propor mudanças no campo educacional.

A educação formal: a parceria família e escola

As mudanças ocorridas na família e na escola ao longo da história em função de diversos fatores, entre eles a emancipação feminina, que os papéis da escola foram ampliados para dar conta das novas demandas da família e da sociedade. Negar este fato é agir fora da realidade, pois as mudanças na família além de afetar a sociedade como um todo, afeta também a educação dos filhos refletindo indiscutivelmente sobre as atividades desenvolvidas pela escola.

Sendo necessário o fortalecimento dos laços de aproximação entre a escola e a família, almejando uma parceria que crie uma atmosfera favorável ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças nesses dois ambientes socializadores e educacionais.

A esse respeito, Piaget, nos chama a atenção para:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p.50)

Sendo assim, essa relação deve ter como ponto de partida a própria escola, visto que os pais têm pouco ou nenhum conhecimento sobre características de desenvolvimento cognitivo, psíquico e tão pouco, entende como se dá a aprendizagem, por isso a dificuldade em participar da vida dos filhos.

Assim, o papel que a escola possui na construção dessa parceria é fundamental, devendo considerar a necessidade da família, levando-as a vivenciar situações que lhes



possibilitem se sentirem participantes ativos nessa parceria. Vale ainda ressaltar que escola e família precisam se unir e juntas procurar entender o que é Família, o que é Escola, como eram vistas estas anteriormente e como são vistas hoje, e ainda o que é desenvolvimento humano e aprendizagem, como a criança aprende etc. Segundo Arroyo (2016) os aprendizes se ajudam uns com os outros na troca de saberes, sendo primordial no processo do desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, essas trocas de informações estabelece um elo que influencia diretamente no ensino e aprendizagem dos mesmos.

Entretanto, a nosso ver, a família é a instituição que mais perto se encontra da escola. Sendo assim se levarmos em consideração que Família e Escola buscam atingir os mesmos objetivos, devem elas comungar os mesmos ideais para que possam vir a superar dificuldades e conflitos que diariamente angustiam os profissionais da escola e também os próprios alunos e suas famílias.

A interação da família no processo ensino e aprendizagem.

Nos parâmetros da Constituição Federal Brasileira (1988), é evidente que as duas instituições devem trabalhar de forma cooperativa, num processo de colaboração. Sendo assim, o Art. 205, desta constituição assegura que a educação, é direito de todos e dever do estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2003, p.122).

A necessidade de encontrar caminhos que cooperam para a relação vivenciada hoje pelas escolas e famílias é evidente, diante de tantos confrontos que ambas enfrentam na construção de valores morais e éticos na conduta de jovens e adultos inseridos no contexto escolar. Para Ariès (1981, p.160) “Esse fenômeno comprova uma transformação considerável da família: esta se concentrou na criança, e sua vida confundiu-se com as relações cada vez mais sentimentais dos pais e dos filhos”.

Compreendemos aqui, a importância do papel da família em ser mais afetivo na formação da criança, enfatizando também a educação como fator importante nas relações estabelecidas. A partir do momento que a infância era reduzida, a criança se via atrelada ao universo adulto, no qual aprendiam as tarefas cotidianas por pessoas mais velhas na condição de aprendizes.

Assim, o conhecimento adquirido no seio da sociedade se tornava uma aprendizagem fundamental para o individuo se situar dentro das relações estabelecidas no contexto em que



vivia. Desse modo, a família desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento do indivíduo, já que será a principal transmissora das condutas e valores que permearão o comportamento do ser que com ela convive. A partir disso, aprofundaremos no contexto familiar brasileiro e suas influências nas relações estabelecidas com outras instituições da sociedade, tal como o ambiente escolar.

CONCLUSÃO

O pensamento educacional, bem como as políticas públicas relacionadas à formação integral, gestadas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, revelaram a necessidade de construção de uma nova identidade para a escola fundamental, sendo uma das principais condições para integração das crianças a vida escolar.

Compreendemos a importância das relações estabelecidas entre escola e família ao longo da história sempre ocupou um espaço importante no âmbito educacional, já que as duas instituições são as principais responsáveis pela formação integral do indivíduo. Contudo, cada uma desempenha papéis distintos, porém complementares, na educação que é fornecida para a criança.

Assim, o contexto familiar é o primeiro espaço de socialização, no qual o indivíduo aprenderá os valores e conhecimentos que nortearão sua vida. Entretanto, a escola também se encontra imersa na tarefa de educar o ser humano, na medida em que o trabalho realizado pelos profissionais que ali atuam, visa o desenvolvimento integral do indivíduo, enfatizando o trabalho pedagógico na construção de um ser preparado para os saberes escolares, bem como para a vida em sociedade. Sendo assim, cabe às duas instituições auxiliar o indivíduo no seu processo de desenvolvimento, sendo que um ambiente saudável, cercado de incentivos e boas relações, tende a fazer com que o aprendizado da criança seja positivo.

Portanto, escola e família devem estabelecer relações de colaboração, onde a família possa agir como facilitadora do trabalho realizado pela escola, de forma a incentivar, acompanhar e auxiliar a criança em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a escola realize uma prática pedagógica que contribua na formação do ser crítico reflexivo, e que valorize a participação ativa dos pais no processo educativo, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade transformada.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, PHILIPPE. **História social da criança e da família**. 02.ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1981.



ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagem e auto-imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2000

BRASIL. Leis e Decretos. **Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até 01.01.2003**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 27. Ed. Petropolis: Vozes, 2002.